



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21 2021/2021

ARP nº 21/2021

PROCESSO nº. 0003754-87.2020.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 14/2021(SRP)

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **17.615.848/0001-28**, com sede SIGT, Conj. B e C, Lotes 05, 06, 07 e 08 – Parte – Taguatinga Norte, CEP: 72.153-503 - Brasília/DF. Telefone: (61) 3336-4040 e (19) 999297700, E-mail(s): teixeiradigitaldf@gmail.com, contratos@teixeiraeditora.com.br, neste ato representada por **SAMUEL VICTOR TEIXEIRA**, brasileiro, portador do RG nº. **2.735.718 SSP/DF**, e CPF nº. **025.556.801-01**, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unid.	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor total R\$
01	Item 03 do Edital. CARTILHA (Modelo 1) - Impressão e Acabamento de Cartilha de até 100 páginas. Tamanho A5 (fechada) 148mm x 210mm, incluindo a capa. Capa de papel Couchê 170gr, 4x4 cores; Miolo de papel off set 75gr, 4x4 cores; Acabamento canoa, com 2	Unid.	1500	5,87	8.805,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	grampos. Dois modelos de cartilha, conforme arte a ser fornecida. Aprovação mediante entrega da primeira versão (boneca). Acondicionado em embalagens com 100 (cem) unidades. (Cód. 110604). Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 20 (vinte) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra). Sem indicação de marca.				
02	Item 14 do Edital. LIVRO (Modelo 1) - Impressão e acabamento de livro de até 300 páginas, com tamanho de 144 mm x 210 mm (fechado); Miolo de papel Couchê AP 90 gr, 4x4 cores; Capa: Papel Triplex 250, 4x4 cores, com laminação BOPP; Acabamento em lombada quadrada, colado com cola P.U.R.; Impressão do total mediante a aprovação de entrega da primeira versão (boneca); Total da impressão do pedido acondicionado em embalagens nunca superior a 100 unidades; Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 20 (vinte) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra). Sem indicação de marca.	Unid	400	44,15	17.660,00
Valor total da ARP, R\$				26.465,00	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2. No Anexo II do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Notas de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, na Seção de Almoxarifado do TRE-RO, no seguinte endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859. Telefone para contato: (69) 3211-2092/2051.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. A Gestão do presente objeto será realizada pela SECOMS e COMAP. A Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da unidade demandante de seu respectivo item, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na Lei 8.666/93.

1.9. No anexo I deste instrumento consta a empresa componente do cadastro reserva para item desta ARP (art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013).

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 08 de setembro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva

CPF: 567.849.102-49

Testemunha

ANEXO I

ARP nº 21/2021

PROCESSO nº. 0003754-87.2020.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 14/2021(SRP)

FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

Em obediência ao disposto no art. 11, inciso II e §1º, do Decreto 7.892/2013, segue, abaixo, relação dos licitantes remanescentes que aderiram ao cadastro de reserva para a ARP supramencionada, consistente no aceite em atender o(s) item(ns) a seguir indicados, com preços iguais aos do licitante vencedor, consoante registrados neste instrumento e na proposta da adjudicatária, e conforme se constata por meio da anuência incluída na Ata de Formação de Cadastro Reserva respectiva, a qual se encontra juntada no Processo Administrativo referido, a seguir detalhado:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR QUE ADERIU AO CADASTRO RESERVA DESTE CERTAME
01	Item 03 do Edital. CARTILHA (Modelo 1) - Impressão e Acabamento de Cartilha de até 100 páginas. Tamanho A5 (fechada) 148mm x 210mm, incluindo a capa. Capa de papel Couchê 170gr, 4x4	GDD EDITORA GRÁFICA LTDA. CNPJ:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	cores; Miolo de papel off set 75gr, 4x4 cores; Acabamento canoa, com 2 grampos. Dois modelos de cartilha, conforme arte a ser fornecida. Aprovação mediante entrega da primeira versão (boneca). Acondicionado em embalagens com 100 (cem) unidades. (Cód. 110604). Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 20 (vinte) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra). Sem indicação de marca.	30.597.675/0001-20
02	Item 14 do Edital. LIVRO (Modelo 1) - Impressão e acabamento de livro de até 300 páginas, com tamanho de 144 mm x 210 mm (fechado); Miolo de papel Couchê AP 90 gr, 4x4 cores; Capa: Papel Triplex 250, 4x4 cores, com laminação BOPP; Acabamento em lombada quadrada, colado com cola P.U.R.; Impressão do total mediante a aprovação de entrega da primeira versão (boneca); Total da impressão do pedido acondicionado em embalagens nunca superior a 100 unidades; Prazo de entrega: Primeira versão para aprovação (boneca/amostra), deverá ser entregue no TRE-RO prazo de até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da arte gráfica. O pedido total deverá ser entregue no TRE-RO em até 20 (vinte) dias corridos após aprovação da primeira versão (boneca/amostra). Sem indicação de marca.	GDD EDITORA GRÁFICA LTDA. CNPJ: 30.597.675/0001-20



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL VICTOR**

TEIXEIRA, Usuário Externo, em 09/09/2021, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/09/2021, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 11/09/2021, às 20:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 13/09/2021, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0736392** e o código CRC **6F7ECC3E**.

0003754-87.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0003754-87.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP)

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 12/2021 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – Eventual contratação de empresa especializada na confecção de MATERIAIS GRÁFICOS.

PARECER JURÍDICO Nº 127 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), com o objetivo de eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de materiais personalizados, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias deste Tribunal ([0641573](http://www.tre-ro.jus.br)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0716591](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 97/2021 - PRES/DG/AJDG ([0717424](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2021 ([0720752](#)), após alteração do Termo de Referência nº 4/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0718673](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0720753](#).

04. Foi apresentado somente 1 (um) pedido de esclarecimento ([0724691](#)) e não houve impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0725543](#));

b) Propostas das licitantes GDD Editora Gráfica EIRELI ([0725593](#)), Teixeira Digital e Soluções Gráficas LTDA/EPP ([0725601](#)), Homel Industria e Comércio LTDA ([0725604](#)); LHC Comércio e Serviços LTDA – ME ([0725607](#)), Gráfica Porto LTDA EPP ([0725619](#)), RB Comunicação Visual EIRELI EPP ([0726784](#)) e OCA Serviços de Publicidade LTDA ([0727200](#));

c) manifestações das unidades técnicas – COMAP, GABSJGI, SECOMS, SEALM e COPES – solicitadas pelo pregoeiro quanto aos documentos apresentados pelas licitantes durante o certame ([0725783](#), [0725800](#), [0725834](#), [0726311](#), [0727025](#), [0727232](#) e [0727272](#));

d) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas ([0727272](#), [0728881](#), [0728883](#), [0728887](#), [0728890](#), [0728893](#), [0728895](#), [0728898](#) e [0728900](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0728982](#)), o Resultado por Fornecedor ([0728985](#)), o Termo de Adjudicação ([0728988](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0729746](#)).

07. Por fim, em seu Relatório nº 30/2021 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0729093](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0729117](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2021

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0720753](#)).

10. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Foi apresentado 1 pedido de esclarecimento devidamente respondido pelo ([0724691](#)). Não houve impugnação.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0725543](#)) e na ata do certame ([0728982](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 30/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0729093](#)). Desse modo, as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 2, 12, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 24, 31 e o lote 1 restaram fracassados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: Analisados os documentos habilitatórios, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes A VIEIRA SERVICOS para o item 32 ([0728878](#)), BUD CRUZ EIRELI para os itens 06, 09, 10 e 29 ([0728881](#)), GDD EDITORA GRAFICA LTDA para o item 01 ([0728883](#)), GRAFICA PORTO LTDA para os itens 25, 26, 27 e 28 ([0728887](#)), HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES EIRELI para os itens 05, 07, 08, 12, 20 e 21 ([0728890](#)), L.H.C COMERCIO E SERVICOS LTDA par os itens 16 e 17 ([0728893](#)), OCA SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA para os itens 19 e 30 ([0728895](#)), RB COMUNICACAO VISUAL EIRELI para o item 4 ([0728898](#)) e TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA para os itens 03 e 14 ([0728900](#)).

Ainda, é importante consignar que o pregoeiro registrou falta de apresentação das declarações de acessibilidade e de cota de aprendizagem pela licitante L. H. C. COMERCIO E SERVIÇOS e explicou que esta situação não interferiu para adjudicação dos itens 16 e 17 para empresa mencionada. Isto porque as MEs/EPPs estão dispensadas de contratação de aprendizes por força do art. 56, I, do Decreto nº 9.578/2018 e se encontram no prazo de adaptação para as condições de acessibilidade implementada pela Lei nº 13146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A fundamentação apresentada pelo pregoeiro para não inabilitação baseada na ausência das referidas declarações está de acordo com o regimento legal.

Além disso, acrescenta-se que as declarações citadas não são documentos habilitatórios previstos taxativamente no art. 27 a 31 da Lei 8.666/93, aplicadas ao pregão por interpretação extensiva e ante o seu caráter simplificado, muito menos está elencado como tal no Edital nº 14/2021, subitens 9.1, 9.2 e 9.3. Nesse sentido é entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) elucidado no seguinte acordo:

A Administração não deve exigir documentos de habilitação além daqueles previstos nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993, a exemplo da declaração de que a licitante apresente, na assinatura do contrato, certificação CMMI (Capability Maturity Model Integration) ou MPS.Br (Melhoria de Processos do Software Brasileiro). **Acórdão 189/2009-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO (sem grifo no original)**

A única declaração que constitui documento de habilitação previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos é a constata do art. 27, V, em cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da CF/88 (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos).

Desta forma, a não apresentação/ preenchimento das referidas declarações não enseja, a inabilitação do licitante, posto que não se trata de documento habilitatório, nem a desclassificação da sua proposta, uma vez que não se trata de requisito relacionado à execução do objeto licitado.

Quanto a declaração de acessibilidade, ela somente é utilizada para aplicação de benefícios na participação em processos licitatórios para as empresas que reservam vagas de trabalho para pessoas com deficiências e para os reabilitados da Previdência Social, nos termos do inciso V, § 2º e § 5º, ambos do artigo 3º da Lei n. 8.666/93. Assim, sua inexistência na documentação apresentada pela empresa implica apenas sua participação no certame sem a condição preferencial que a declaração poderia trazer caso tenha sido entregue. E, no caso concreto, não houve empate real e também não foi estabelecido, no edital, margem de preferência para as licitantes que cumpram as regras inerentes à reserva de cargos de trabalho ora tratada. Desta forma, a conduta do pregoeiro atingiu o objetivo da licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como seguiu a orientação do TCU sobre o tema. Veja-se:

É ilegal a *inabilitação* de empresas em razão da falta de apresentação de *declarações* que não constavam do rol dos documentos especificados no edital como necessários à superação dessa fase do certame. **Acórdão 1052/2012-Plenário** |
Relator: MARCOS BEMQUERER

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0728982](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os itens 2, 12, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 24 e 31, bem como lote 1 restaram fracassados, pois os licitantes apresentaram propostas com valores acima do estimado. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**.

17. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

18. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

19. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que **“não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar”** ou, ainda, aquele que **“formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93”** (sem grifo no original).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

21. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

22. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

23. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, **ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**. De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III – DA CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0728988**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

27. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 30/08/2021, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 30/08/2021, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003754-87.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP)

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 14/2021 - Formação de Registro de Preços – Contratação de empresa especializada na confecção de MATERIAIS GRÁFICOS.

DESPACHO Nº 1148 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), com o objetivo de eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para confecção de materiais personalizados, via Sistema de Registro de Preços, para suprir as necessidades ordinárias deste Tribunal ([0641573](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 14/2021 ([0720752](#)).

O pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0725543](#)), a Ata do Certame ([0728982](#)), termo de adjudicação ([0728988](#)) e a comprovação de sua publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0729746](#)). Por fim juntou o Relatório nº 30/2021 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0729093](#)), expondo as principais ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0729117](#)).

Houve um pedido de esclarecimento, devidamente respondido e publicado ([0724691](#)). Não houve impugnação ao edital.

No dia e horário agendado para o início da sessão pública, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitados os licitantes A VIEIRA SERVICOS para o item 32 ([0728878](#)), BUD CRUZ EIRELI para os itens 06, 09, 10 e 29



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0728881](#)), GDD EDITORA GRAFICA LTDA para o item 01 ([0728883](#)), GRAFICA PORTO LTDA para os itens 25, 26, 27 e 28 ([0728887](#)), HOMEL INDUSTRIA GRAFICA E COMERCIO DE BRINDES EIRELI para os itens 05, 07, 08, 12, 20 e 21 ([0728890](#)), L.H.C COMERCIO E SERVICOS LTDA para os itens 16 e 17 ([0728893](#)), OCA SERVICOS DE PUBLICIDADE LTDA para os itens 19 e 30 ([0728895](#)), RB COMUNICACAO VISUAL EIRELI para o item 4 ([0728898](#)) e TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA para os itens 03 e 14 ([0728900](#)). Os itens 2, 12, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 24, 31 e o lote 1 restaram **fracassados**.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0728988](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ([0732343](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que, embora tenham restados fracassados os itens supramencionados, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0728982](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 14/2021**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0728988](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À COMAP, para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 2, 12, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 24, 31 e do lote 1, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A unidade solicitante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 27 do Parecer Jurídico n. 127/2021 ([0732343](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 02/09/2021, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.